

## Sala de Aula: PRESENTE?

Acedriana Vicente Vogel (\*)

Além dos altos índices de evasão escolar no Ensino Médio, há um outro fator que nem sempre aparece nas pesquisas

É o número de alunos que estão somente fisicamente presentes em sala de aula, 'cumprindo tabela'. Não é sem razão que professores, pais e alunos desejam uma remodelação no trabalho escolar na última etapa da educação básica no país.

A Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, realizada pela OCDE a cada cinco anos, revelou pontos de atenção a respeito da aprendizagem e das condições de trabalho de professores e gestores de escolas em 48 países, entre eles o Brasil.

Conforme os resultados da pesquisa, há uma forte relação entre o clima escolar e a qualidade da aprendizagem, e apontam-se as seguintes evidências no que se refere ao Brasil:

1. O dobro de frequência na constatação de incidência de intimidações, bullying e ofensas verbais entre estudantes. Apesar de este tema ser amplamente discutido, ainda é preciso que todos no ambiente escolar entendam que o bullying não é aceitável e quando de fato for enfrentado, teremos condições de combatê-lo. Quando um aluno não se sente confortável e seguro na sua escola, com certeza não há condições de aprendizado.

2. Há 34% a mais de relatos de professores em nosso país indicando a necessidade de acalmar os estudantes antes de iniciar as aulas, reduzindo ainda mais o tempo de trabalho pedagógico.

3. As metodologias ativas são menos usadas do que na média dos outros países, mesmo com 80% dos professores brasilei-

ros estarem abertos a adotar práticas inovadoras.

4. 60% dos diretores brasileiros informaram que a qualidade da educação em suas escolas é prejudicada pela falta de professores qualificados, o dobro dos demais países pesquisados.

É notório que já avançamos pela força da lei com a inclusão de 1.200 horas para os itinerários formativos como um espaço de protagonismo para o estudante no Ensino Médio. Por outro lado, realizar esse plano será um grande desafio.

Em diversas partes do mundo, oficinas de marcenaria, costura, gastronomia, mecânica e música dividem espaço na matriz com os componentes curriculares clássicos. Isso porque, para promover o engajamento e garantir aprendizagens que sustentam e ancoram o desenvolvimento cognitivo, essas oficinas são estratégicas.

E, mais, oportunizam interações que qualificam a comunicação e desenvolvem a empatia, competências necessárias para dar respostas criativas aos problemas complexos que ainda não conhecemos, que emanam de uma sociedade em profunda mudança, cuja arquitetura do mundo do trabalho ainda está sendo desenhada.

Muito pouco sabemos do que será exigido para operar nesse mundo que ainda desponta no horizonte, salvo o que chamamos de qualidades humanas – ainda escassa. Mas se conseguirmos tirar do papel o trabalho com as dez competências gerais da BNCC, já avançaremos a uma ressignificação da escola de educação básica no Brasil, construindo sentido para a sua existência.

É uma chance ouvirmos nas chamadas diárias, da boca e do coração de cada estudante, PRESENTE!

(\*) - É diretora pedagógica do Sistema Positivo de Ensino.

## Projeto que amplia combate ao tabagismo vai à Câmara

Roque de Sá/Ag.Senado



O projeto do senador José Serra contou com o relatório favorável da senadora Leila Barros.

O Senado aprovou, em votação simbólica, o projeto que amplia medidas de combate ao tabagismo. De autoria do senador José Serra (PSDB-SP), a proposta foi relatada pela senadora Leila Barros (PSB-DF) e segue agora para análise da Câmara. Serra comemorou a medida como crucial para a saúde da população. "O Senado dá uma mensagem clara de que a saúde dos brasileiros é prioridade", afirmou o senador.

Leila elogiou Serra pelo "trabalho incansável" contra o tabagismo há décadas e disse que, nos anos 1980, 30% dos brasileiros fumavam, enquanto hoje apenas 10% da população fumam, graças às restrições à propaganda de cigarro. "Mas existe uma campanha que tenta assediá-la de forma insistente, com vários artifícios, a juventude do nosso país. O maior papel dentro desse Parlamento é nós estarmos sempre alertas de modo que a gente não tenha retrocessos dentro dessa política", disse.

Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Rogério Carvalho (PT-SE), Eduardo Girão (Podemos-CE) e Humberto Costa (PT-PE) elogiaram o projeto, dizendo que a proposta ajudará a reduzir o número de fumantes no país. Braga afirmou que há seis milhões de mortes por ano no mundo relacionadas ao tabagismo. "O que o Senado está votando, ao aumentar a restrição com relação a uma propaganda muitas vezes enganosa, pode fazer a diferença entre a vida e a morte", disse, relatando que fumou até ter um câncer de bexiga, decorrente do hábito, há 15 anos. Já o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), contrário ao projeto, afirmou que as 180 mil famílias que se sustentam com o plantio de fumo nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul serão prejudicadas. "O que estão fazendo hoje com o cigarro, amanhã vão fazer com a cerveja e com o refrigerante", disse Heinze (Ag.Senado).

## CCJ do Senado vota prisão em segunda instância na próxima semana

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), disse que a PEC da prisão em segunda instância será votada no colegiado na próxima semana

Ela registrou que seu dever é pautar qualquer projeto que seja da vontade da maioria dos senadores e acrescentou que a PEC será o primeiro item da reunião do dia 20.

Simone disse que acertou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, um procedimento mínimo para a tramitação da PEC na CCJ e no Plenário. As mudanças de interpretação no STF trazem instabilidade jurídica e política ao país. Ela afirmou que é responsabilidade do Congresso se posicionar sobre o tema e não se pode tratar do assunto com base em caso específico, como o do ex-presidente Lula. "É inadmissível a nossa omissão. Quem entender que é ilegal, poderá recorrer ao Judiciário", declarou.

O senador Oriovisto Gui-



Simone Tebet anunciou votação da matéria na comissão para a próxima quarta-feira (20).

marães (Podemos-PR), autor da PEC, argumentou que a proposta não fere nenhuma cláusula pétrea e pediu ao presidente Alcolumbre que

paute a PEC assim que a matéria for aprovada na CCJ. "Essa proposta é uma tentativa de transformar o Brasil em um país sério, onde a Justiça

funcione", apontou o senador.

A senadora Juíza Selma (Podemos-MT), relatora da matéria, disse que a PEC já tem condições de ser votada pela comissão e, em seguida, pelo Plenário. Para o senador Alvaro Dias (Podemos-PR), o Senado precisa oferecer uma resposta a essa exigência da sociedade. Ele disse que a prisão em segunda instância será um salto civilizatório para o país.

O senador Lasier Martins (Podemos-RS) classificou a matéria como "rumorosa e primordial, pois não se fala em outra coisa no Brasil depois da decisão do STF". Para ele, a PEC deve ter prioridade dentro do Senado, ao lembrar que 43 senadores assinaram uma carta que pedia ao STF a manutenção da prisão em segunda instância (Ag.Senado).

## Motivos para festejar primeiros 300 dias do governo

O senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) fez um balanço das atividades dos Poderes Legislativo e Executivo nos 300 primeiros dias do ano. Para ele, a mensagem passada pela imprensa muitas vezes é a de que o governo e o Congresso não estão trabalhando pelo bem do país, mas a verdade é que o período teve muitos resultados positivos.

"Acredito no crescimento do Brasil, acredito em cada brasileiro e acredito no potencial federal, com o presidente Jair Bolsonaro e seus ministros. Acredito, sobretudo, neste Senado, que passou por uma grande renovação e viveu o semestre mais produtivo dos últimos 25 anos", disse.

Vanderlan afirmou que, no primeiro semestre, as comissões do Senado fizeram 373 reuniões e aprovaram 487 pareceres. No Plenário, segundo o senador, foram 134 aprovações de projetos, propostas e medidas provisórias. Entre as principais propostas aprovadas, ele citou a Reforma da Previdência e o projeto da nova Lei das Teles, que, na sua visão, vai revolucionar as telecomunicações do país (Ag.Senado).

## Rejeitada MP que desobriga publicação de balanços em jornais

Marcos Oliveira/Ag.Senado



A comissão provou parecer da senadora Rose de Freitas pela inconstitucionalidade e pela rejeição da MP.

A comissão mista que analisa a MP que dispensa a publicação de balanços de grandes empresas nos jornais impressos rejeitou por 13 votos a 5 o relatório da senadora Soraya Thronicke (PLS-MS).

Na tentativa de flexibilizar a matéria, a relatora ainda acatou emenda apresentada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) para retomar a necessidade de publicação dos atos e demonstrações financeiras, na forma resumida, em jornal de grande circulação editado na localidade sede da companhia, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no site do mesmo jornal na internet.

Rejeitado o relatório de Soraya Thronicke, a comissão mista aprovou o parecer da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), pela inconstitu-

cionalidade e pela rejeição da MP. Senadores e deputados contrários à MP atribuíram a medida à "briga" entre o presidente Jair Bolsonaro e alguns veículos de comunicação e classificaram a medida como um "ataque à democracia".

"Quando o presidente se pronunciou dizendo que esse era um instrumento que poderia esvaziar a imprensa, isso é um demérito para essa matéria", ressaltou Rose de Freitas, para quem o documento eletrônico pode também abrir espaço para fraudes. "Essa matéria tem pouco a ver com tecnologia ou recursos, mas tem a ver com a democracia, a disputa de Bolsonaro com os órgãos de imprensa. O que ele pretendeu fazer ali foi estrangular os jornais. É matéria que, de fundo, quer atacar a liberdade de imprensa", avaliou o deputado Paulo Teixeira (Ag.Câmara).

## Senado precisa discutir miséria extrema e buscar soluções

O senador Dário Berger (MDB-SC) disse que o combate à miséria deve ser encarado como prioridade para o Senado. Ele mencionou os dados divulgados pelo IBGE segundo os quais chega a 13,5 milhões o número de cidadãos brasileiros vivendo na miséria extrema, com pouco mais de R\$ 4,00 por dia.

"Precisamos discutir o assunto aqui nesta Casa, buscar soluções legislativas, e cobrar do governo atenção às políticas sociais que visem aos mais desamparados, que busquem tirá-los dessa situação dramática em que se encontram [...]. Precisamos de programas sociais que possibilitem a inclusão social por meio do trabalho, da educação, do acesso ao saneamento básico, ao transporte e à alimentação e que garantam o mínimo de dignidade a esses milhões e milhões de brasileiros", afirmou.

Para o senador, a miséria



Senador Dário Berger (MDB-SC).

condiciona as pessoas a viverem em situações desumanas, sem qualquer perspectiva de melhoria na qualidade de vida. Muitos vivem nas ruas ou em moradias precárias, sem acesso às mínimas condições de dignidade humana. Dário alertou, ainda, que os que são vítimas desse descaso social não dispõem de recursos mínimos para comprar

sequer gêneros alimentícios essenciais necessários à sua sobrevivência.

"O número de brasileiros que vive, atualmente em nosso país abaixo da linha da pobreza, ou melhor, da extrema pobreza, bateu o recorde e já equivale ao total da população de países como Portugal e Grécia", ressaltou (Ag.Senado).

## Repasse direto de emendas para estados e municípios

Nova regra para repasse de recursos federais por meio de execução direta de emenda, sem a necessidade de convênio ou instrumento similar com um órgão público intermediário, foi aprovada em comissão especial da Câmara. O relator, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), afirmou que conta com o apoio dos presidentes da Câmara e do Senado para aprovar o substitutivo de sua autoria nos plenários das duas Casas.

"Queremos estar em condições de aprovar no Plenário para que essa nova sistemática possa vigorar já para as emendas definidas pelos parlamentares este ano, para aplicação no ano que vem", disse, para Aécio, a aprovação da proposta é um primeiro passo efetivo na direção do chamado "novo pacto federativo", que busca uma distribuição mais justa entre os recursos da União, dos estados e dos municípios.

"Essa proposta, que nasceu no Senado, tem o objetivo de fazer com que os recursos destinados por emendas parlamentares - que, para muitos municípios, principalmente os pequenos, é a única fonte extra de recursos - possam chegar de forma mais efetiva, sem burocracia e sem os altos custos que lhes são impostos pelas instituições financeiras federais".

De acordo com o parlamentar, hoje, na liberação dessas emendas, a Caixa cobra cerca de 12% de seu valor. Além do custo, Aécio cita outros problemas na execução das emendas, como parcelas liberadas com lentidão e dificuldade do estado fiscalizador para alcançar alguns municípios (Ag.Câmara).

## Políticas para a redução de lixo hospitalar

Segundo a OMS, cerca de 20% do lixo hospitalar gerado no Brasil é considerado perigoso, composto por contaminantes, químicos e perfurocortantes. Para avaliar o descarte desses materiais, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara realizou audiência pública com representantes do setor. O diretor-presidente da Abrelpe, Carlos Roberto Filho, afirmou que

as regras ambientais precisam ser respeitadas, pois do contrário os lixões serão liberados de maneira descontrolada, e ressaltou a importância da reciclagem dos resíduos.

Para o representante da Anvisa, Marcelo Cavalcante, é necessário promover a substituição de materiais e de processos por alternativas de menor risco. Também considera a necessidade de ação integrada entre os órgãos

federais, estaduais e municipais de meio ambiente, com o objetivo de regulamentar o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

Autor do pedido para a realização do debate, o deputado Carlos Gomes (Republicanos-RS) disse que é essencial a separação do lixo hospitalar, porque os riscos sanitários são altíssimos e o material é extremamente tóxico (Ag.Câmara).